[Recensão a] CARVALHO, Flávio Rey de - Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)

Autor(es): Mota, Isabel Ferreira da

Publicado por: Centro de História da Sociedade e da Cultura

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/39590>

DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/1645-2259_9_16

Accessed : 26-Apr-2023 13:28:19

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

9
2009

R

evista de História da Sociedade e da Cultura

Centro de História da Sociedade e da Cultura
Universidade de Coimbra

Coimbra

a necessidade de estender essa análise aos restantes grupos da sociedade, bem como de verificar que eco teve o produto dessa “guerra” noutros espaços católicos europeus e que efeito surtiu no clero de então.

Jaime Ricardo Gouveia

Investigador do Instituto Universitário Europeu – Florença. Bolseiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros Português e da FCT.
jaime.teixeira@eui.eu

CARVALHO, Flávio Rey de - *Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. São Paulo: Annablume, 2008. 135 p.

A pergunta contida no título desta obra seria, diríamos, ociosa se, na verdade, não houvesse quem continuasse a negar a existência de um iluminismo em Portugal. Mas, para responder a esta questão existe uma outra, prévia, clássica e fundamental: *O que é o Iluminismo?*

A resposta à primeira depende da resposta que for dada à segunda e que exprime um problema antigo e sempre vivo. Se ultrapassarmos e rejeitarmos a ideia de um paradigma iluminista situado na Europa do Norte e pelo qual tudo é medido, ideia que fez nascer a *lenda negra* da estagnação intelectual da Ibero-América e, como sequela em Portugal, a *lenda* da onipotência e modernidade exclusiva dos assim chamados “estrangeirados”, então poderemos afirmar que existe um iluminismo português. No tempo actual, em que o Iluminismo não é mais visto como uma unidade paradigmática ou como um movimento homogéneo, as análises sobre espaços e cronologias específicas tornam-se particularmente produtivas, na medida em que cada vez mais complexas e diferenciadas. Deste modo, a acentuação da variedade cronológica e geográfica oferece-nos a multiplicação de iluminismos plurais.

Mas, para isso, é preciso, por um lado, pôr o acento sobre a importância contínua da circulação que faz mover valores e símbolos e, por outro lado, demonstrar que os valores não vogam em toda a pureza no céu das ideias mas estão intimamente ligados às práticas culturais, sem as quais eles não podem compreender-se. O Iluminismo constituir-se-á, neste caso, como um processo

dual de criação de um espaço discursivo próprio e de consolidação de uma nova esfera pública. Ou, por outras palavras, a dupla hélice das práticas discursivas e das práticas institucionais modela iluminismos originais, como pode ser o caso do iluminismo português ou de muitos outros. Tanto mais que a maior parte dos textos do Iluminismo não foram escritos pelos grandes pensadores (sempre nomeados), mas pelos escritores menores; e as academias, salões, cafés e clubes estavam, também eles, cheios de gente indiferenciada que, no entanto, exercitava novas práticas e participava numa relação social maior: a sociabilidade. Na verdade as práticas, talvez mais do que as teorias, saltavam fronteiras e limites.

O autor da obra em apreço, Flávio Rey de Carvalho, utilizou três fontes principais para a realização da pesquisa: o *Compêndio histórico do Estado da Universidade de Coimbra* (1771), os *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1772) e a *Relação geral do estado da Universidade* (1777), de Francisco de Lemos. E, para a formulação e fundamentação da resposta ao título da obra, dividiu o seu trabalho em quatro capítulos: “O primeiro foi dedicado à discussão, com base na produção historiográfica portuguesa, relativa ao suposto impasse existente entre Portugal e a Modernidade europeia. O segundo, baseado no *Compêndio* e nos *Estatutos*, examina a situação do ensino universitário português e a proposta de reforma da Universidade de Coimbra. O terceiro e o quarto dedicam-se, respectivamente, à análise da reforma da Faculdade de Leis e à criação da Faculdade de Filosofia” (p. 19).

O campo de análise, objecto desta obra, é talvez demasiado limitado para se poder responder cabalmente à questão que o próprio autor põe, nomeadamente no que se refere tanto a outras fontes como a outras práticas. No entanto, o livro tem o mérito de fazer abertamente a pergunta e a coragem de lhe tentar dar resposta com uma consciência lúcida dos problemas: “sugere-se adotar a expressão Iluminismo português para denominar o ambiente intelectual luso no início dos anos 1770” (p. 126). É, por conseguinte, um relevante contributo para a historiografia do iluminismo português.

Isabel Ferreira da Mota

Universidade de Coimbra e Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC
ifmota@fl.uc.pt